

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Costano Álvares, 33, tel.: 836-2122 (PABX).



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

É o contribuinte quem vai ser "desmontado"

A montagem do Orçamento Geral da União para 1989 tinha um objetivo central que era o de pelo menos cumprir o acordo com o FMI que estabelece o teto de 2% do PIB para o déficit global do setor público para o próximo ano. Mas o fracasso da "Operação Desmonte", com a qual o governo pretendia transferir aos estados e municípios programas no valor de 17% da receita, que representam justamente a parcela que a União vai perder quando entrar em vigor a nova Constituição, e a rejeição pelo Palácio do Planalto de outros cortes propostos levaram a Secretaria do Planejamento e o Ministério da Fazenda a montarem a "Operação Rescaldo", a fim de assegurar a meta acertada com o FMI mediante o aumento dos impostos e mais algumas medidas complementares, como a redução dos efeitos da inflação sobre a receita e a revisão dos incentivos fiscais, isenções e subsídios.

Como poucos acreditam nessa proposta de revisão dos incentivos, principalmente depois que o presidente Sarney prorrogou os destinados ao Nordeste e à Amazônia até 1994, parece óbvio que, mais uma vez, grande parte do ajuste será feito mesmo pelo lado da receita e não na coluna das despesas. Já se anuncia, por exemplo, uma taxa punitiva sobre o lucro das empresas, que além da alíquota normal de 35% estarão sujeitas a um adicional de 5% (quando o lucro líquido estiver entre 20 e 40 mil OTN) ou de 10% (para as que tiverem um lucro líquido acima de 40 mil OTN). E para os bancos esse adicional será de 20%. Em resumo, quanto maior o lucro maior o pecado. E, se o lucro vier da cobrança de juros, o pecado é mortal. Esta é a estranha lógica da Receita Federal, influenciada, como de costume, pelas necessidades de caixa do Tesouro: aumentar os impostos em vez de cortar despesas, ou seja, premiar os que desperdiçam e punir os que são bem-sucedidos na criação de riquezas. Não se poderia esperar outra coisa de um governo que simplesmente não sabe o que fazer — ou melhor, sabe mas não tem coragem — diante de fatos concretos como o aumento para mais de 4% do PIB dos gastos de pessoal do setor público. Afinal há mais de 1,5 milhão de funcionários, dos quais pelo menos 300 mil sabidamente ociosos, espalhados por milhares de órgãos públicos e pelas empresas estatais.

São ao todo, segundo matéria publicada no último domingo pelo jornal O Estado de S. Paulo, 24 ministérios, três gabinetes em nível ministerial, 418 empresas e fundações, e 20.279 órgãos federais, que constituem a gigantesca, obsoleta, lenta, cara e ineficiente máquina burocrática estatal. Máquina que, ao longo de décadas de crescimento da economia, particularmente entre 1950 e 1980, só se expandiu de maneira incontrolável e irracional, como evidência o elevado número de órgãos públicos com responsabilidades sobre um mesmo setor e com superposição de áreas, funções e competências.

Nessas centenas de órgãos públicos, onde os funcionários nomeados pelas sucessivas administrações foram ficando, desperdiça-se o dinheiro dos impostos pagos pela parcela da sociedade brasileira que trabalha e produz. Alguns funcionários desempenham funções úteis e de reconhecida importância, milhares de outros até trabalham, mas cuidando de uma papelada inútil e dispendiosa sem o menor sentido prático. Mas ao lado destes existe uma multidão de ociosos que apenas espera completar o tempo que falta para receber a aposentadoria.

Esta absurda burocracia é o sintoma mais gritante da obsolescência do Estado e, sem dúvida, um dos maiores focos do déficit público e dessa inflação insuportável que paralisa os investimentos produtivos e lança a economia num processo de estagnação perigoso (no primeiro semestre deste ano, o Produto Interno Bruto brasileiro registrou uma queda de 0,17%, enquanto a inflação acumulada em 12 meses atingia, no final de junho, a marca dos 336,09% e saltava em julho para 424,92%).

O mais grave é que, apesar de ter consciência de que a sociedade não está mais disposta a sustentar o tamanho descontrolado da burocracia, o governo — por razões de ordem exclusivamente política (e de má política, diga-se de passagem) — vem adiando ao máximo todas as medidas de reforma administrativa, até mesmo as mais elementares como a extinção de alguns ministérios, como queriam os ministros Malson da Nóbrega e João Batista de Abreu. Isso para não falar na demissão dos milhares de funcionários ociosos.

Acontece que o governo federal — como observa o jornalista David Renault, autor da mencionada matéria publicada pelo Estado —, embora seja pródigo em criar empregos, não sabe demitir. "É praticamente impossível demitir um funcionário público no Brasil", admite o ministro da Fazenda. Seja na administração direta ou nas estatais, o emprego é considerado vitalício e conta com proteção legal. Não importa se há ou não dinheiro para pagar os salários de encargos trabalhistas e muito menos se o cargo ou função é capaz de resistir a uma reforma administrativa.

Tanto é assim que o BNH fechou, mas seus funcionários estão hoje na Caixa Econômica Federal, isto é, não foram demitidos, a exemplo do que acontece com os 64 funcionários da Companhia Rio-Grandense de Nitrogenados, extinta por decreto de 24 de novembro de 1986 pelo presidente da República. Estes funcionários, como milhares de outros em situação semelhante, estão sendo pagos sem terem o que fazer, esperando pacientemente o "encerramento definitivo" das atividades dessa estatal...

Além das demissões de pessoal, uma reforma administrativa para valer não poderia deixar de lado a privatização de estatais. Reconhecidamente mal-administradas e sempre um fardo para o Tesouro, as empresas estatais, assim como os funcionários ociosos, já têm, ainda antes de vigorar a nova Constituição, extraordinária capacidade de sobrevivência. Em 1980, ou seja, há oito anos, a Comissão Especial de Desestatização divulgava a primeira lista de empresas privatizáveis. Dela fazia parte a Mafersa, ainda hoje pertencente ao governo e considerada verdadeiro símbolo do fracasso de todas as tentativas de transferência de estatais para o setor privado. Nesses oito anos foram privatizadas apenas 17 estatais com um patrimônio inferior a 2% do conjunto de empresas estatais produtivas...

Para resumir, o resultado desse quadro é uma população inteira condenada a sustentar um Estado gélido, afundando cada vez mais profundamente na inflação e na miséria que ele fabrica.

A suprema ironia, o grande refinamento do acinte desse quadro de injustiça é que precisamente no momento em que ele se delinha de forma cristalina para todos os brasileiros do país real (os cidadãos de segunda classe a quem só cabe pagar a conta), a "generosa" Constituição dos Miseráveis — como a

classificou o multipresidente Ulysses Guimarães — multiplica as garantias à estabilidade no "emprego" desses milhares de sanguessugas da economia brasileira, assim como os empecilhos para o desmonte dos seus redutos (as estatais). Para os nossos insígnies constituintes, o governo, as empresas estatais e seus funcionários não são apenas completamente imunes às flutuações cíclicas comuns a qualquer economia, mas também, e especialmente, aos verdadeiros terremotos que eles próprios (os sanguessugas) provocam periodicamente na economia brasileira com os seus desmandos e desperdícios.

Afinal, o resto da sociedade brasileira — os verdadeiros miseráveis cuja existência o "senso do social" do multipresidente Ulysses Guimarães faz questão de ignorar — está aí para sustentá-la. Entre os nossos constituintes houve uma consciente opção pelo desmonte dos contribuintes.